



Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais

ISSN: 1517-4115

revista@anpur.org.br

Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional

Rosa, Marcelo

Uma região em movimento: as lutas por terra e a transformação das estruturas de poder e significação social na Mata pernambucana

Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, vol. 8, núm. 2, novembro, 2006, pp. 41-58

Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional
Recife, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=513951698004>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

UMA REGIÃO EM MOVIMENTO

AS LUTAS POR TERRA E A TRANSFORMAÇÃO DAS ESTRUTURAS DE PODER E SIGNIFICAÇÃO SOCIAL NA MATA PERNAMBUCANA

MARCELO ROSA

RESUMO *Este artigo analisa a contribuição das chamadas “lutas por terra” para a produção de novas formas de identidade e de significação social na região da Zona da Mata de Pernambuco. Por meio da análise de entrevistas com militantes dos diversos movimentos que organizam ocupações de terra na região, foi possível compreender que, além da posse de um pedaço de lote, tais organizações criam condições inéditas para a transformação dos seus líderes em figuras de destaque nas instâncias políticas dos pequenos municípios da região, contribuindo assim para a modificação das estruturas tradicionais de poder nos territórios em que operam.*

PALAVRAS - CHAVE *Movimentos sociais; ocupações de terra; impactos regionais.*

O presente texto tem por objeto a crescente importância social que as organizações ou movimentos de luta por terras e seus dirigentes adquiriram nas pequenas cidades da Zona da Mata pernambucana na última década. A pesquisa que deu origem a este trabalho procurou captar as transformações sociais que tais movimentos provocam, evidenciando, em particular, o modo como tais organizações criam condições inéditas para a transformação dos seus líderes em figuras de destaque nas instâncias políticas dos pequenos municípios da região, contribuindo para a modificação das estruturas tradicionais de poder no território em que operam. Através da reconstituição das histórias de vida de militantes dos diversos movimentos que organizam ocupações de terra na região, foi possível compreender que, além da posse de um pedaço de lote, o pertencimento a tais movimentos favorece as possibilidades de ascensão social nas localidades em que ele se implanta e, conseqüentemente, nas condições de produção social do espaço. Para entender o percurso de tal pesquisa, cabe caracterizar os pressupostos correntes que através dela foram problematizados.

Há entre aqueles que se dedicam ao estudo dos chamados movimentos sociais um certo consenso – ou uma naturalização – em associar o engajamento nas atividades desses grupos a um envolvimento visceral com sua bandeira de luta.¹ Apesar de profícuos, tais estudos tendem a reproduzir para os leitores uma certa lógica de causa-efeito que há muito tempo vem sendo criticada por autores como Thompson (1998), por exemplo. Em muitos desses casos, a emergência de movimentos de reivindicação e protesto (que, deve-se ressaltar, são coisas diferentes) aparece relacionada às necessidades sociais das quais os grupos estudados seriam canais quase-naturais de expressão. Para o caso daqueles que se dedicam ao estudo do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra isso não parece ser diferente. Trabalhos como os de Navarro (2002) e Martins (2000) analisam o papel das lideranças ou dos acampados e, de imediato, atribuem, de forma algo normativa, o engajamento nessas lutas a um suposto desejo ou necessidade de um pedaço de terra.²

O caminho do texto que se segue deriva de certos problemas encontrados no início de uma pesquisa sobre a expansão do MST na área canavieira de Pernambuco no ano de

1 Sobre as formas contemporâneas de se analisar os chamados movimentos sociais, ver Touraine (1989; 2000), Andrews (2002), Meyer, Whittier & Robnett (2002), entre outros.

2 Tal perspectiva, longe de ser um equívoco, parece estar informada pela imagem produzida a partir de suas raízes entre os colonos do Sul do Brasil, uma imagem que, entretanto, tem limites espaciotemporais bastante claros. O mesmo parece ocorrer quando se associam as ações do MST a uma suposta necessidade histórica de realização de uma reforma agrária no país (Martins, 2002). Para uma compreensão mais detalhada das raízes deste movimento, ver Gehlen (1985) e Rosa (2004a).

3 A zona canavieira de Pernambuco foi marcada desde os primórdios da colonização do país pelo domínio da cultura da cana-de-açúcar em grandes propriedades, a chamada *plantation agroexportadora*. Naqueles empreendimentos, após a abolição do trabalho escravo, o regime de trabalho dominante foi sendo lentamente transformado até o predomínio legal do assalariamento a partir da segunda metade do século XX. Sendo assim, tratava-se de uma região na qual a pequena propriedade rural jamais teve lugar.

4 A noção de repertório de ação encontra-se desenvolvida por Tilly em diversos trabalhos (1978; 1995).

5 Tal modelo encontra respaldo, por exemplo, nas teorias da injustiça de Moore Jr. (1987) ou ainda em modelos como o do processo político ou do repertório de contendas de Tilly (1978).

6 Crises econômicas e concentração fundiária costumam formar um par obrigatório para se falar das ocupações de terra no Brasil. Tendo em vista que em vários lugares do país a concentração fundiária e as crises econômicas tiveram lugar no passado sem que houvesse ocupações de terra, considero tais hipóteses, vistas isoladamente, como insustentáveis para um trabalho sociológico sobre o tema.

7 É indispensável a referência aqui do trabalho publicado por Lygia Sigaud (2000), especialmente sobre o que ela chamou de *forma movimento*. Foi o contato com esse trabalho que me permitiu formular os primeiros esboços desta hipótese.

8 Toda vez que a palavra *movimento* aparecer em itálico ela se refere ao que chamo em Rosa (2004a), de *forma movimento*: o conjunto de ações e procedimentos obrigatórios que, a partir do modelo consagrado pelo MST, regem a atuação de militantes e dirigentes e os qualificam diante dos órgãos do Estado como representantes legítimos de

2001. Naquela região, segundo dados da Comissão Pastoral da Terra, concentrava-se, desde a segunda metade dos anos 90, o maior volume de ocupações de terra de todo o país e, também, o maior número de *movimentos* que reivindicavam a desapropriação de terras por esses meios.

O primeiro, e talvez o mais importante desafio em relação aos estudos tradicionais sobre este tipo de movimento e de mobilização, era o de que lá a propriedade da terra não fora historicamente concebida como uma *necessidade social* pelos trabalhadores rurais assalariados que compõem a maior parte da população da região.³ Outra questão a ser enfrentada no trabalho era a de que, pesquisando nos acervos documentais dos sindicatos de trabalhadores rurais e da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Pernambuco (Fetape) das últimas décadas, percebia-se que a reforma agrária não havia figurado com muita ênfase na retórica de seus dirigentes. Ou seja, não havia sinais recentes de uma disposição das organizações locais para este tipo de ação. Não apenas o objeto de reivindicação se mostrava inédito, mas o próprio repertório de ação era novo.⁴

Essas ausências da forma e do *leitmotiv* tradicional das chamadas lutas por terra conduziram a pesquisa, aos poucos, a elementos explicativos que estivessem para além dos esquemas de análise que se apresentavam no momento. Adentrar por novas sendas significava para a pesquisa a necessidade de evitar os esquemas acima descritos,⁵ adotando procedimento que exigia conferir, em primeiro plano, uma importância primordial ao próprio objeto e não às suas possíveis origens ou causas.⁶ Foi a partir deste momento, no qual a pesquisa já estava em curso, que se evidenciou o fato de que não havia ocupações de terras em Pernambuco que não tivessem como organizadores os militantes ou dirigentes de um *movimento*.⁷ Tal orientação contribuiu para que um dos focos da pesquisa fosse centrado nas organizações e, principalmente, nos sujeitos que, por circunstâncias diversas, nelas se engajavam.

Cabe advertir, porém, que se agora este caminho parece claro como uma questão sociológica, foi apenas durante o processo de pesquisa, que envolveu entrevistas e observação cotidiana da vida nessas organizações, que a atenção voltou-se para esse problema. Apesar de o texto se sustentar na própria análise de casos concretos de militantes que tomaram parte no MST e em outros movimentos de lutas por terra na região, cabe frisar que suas vidas e depoimentos constituem um caminho metodológico (ou um roteiro epistemológico, como afirma Sayad, 1998) para outro tema, a saber: *a crescente importância social que as próprias organizações ou movimentos de lutas por terras e seus dirigentes adquiriram nas pequenas cidades da região na última década*.

Serão esses casos, aparentemente singulares e idiossincráticos, que, através de uma análise antropológica, ajudarão a iluminar um novo olhar sobre esse sentido específico dos movimentos sociais contemporâneos e suas implicações territoriais.

OS MILITANTES EM MOVIMENTO⁸

A origem do MST, assim como sua forma e conteúdo, não apresentam relação direta com os processos específicos vividos em Pernambuco. Como sabemos, o referido movimento foi formado no Sul país em situações bastante distintas. Considerando que a forma e o conteúdo das ações coletivas alteraram-se a partir da chegada do MST à região no início dos anos 90, foi preciso travar contato com os militantes que construíram a organização por lá. Esta opção metodológica era relevante justamente porque a chave para a

compreensão não poderia estar no *movimento* (o MST) em si, mas nas condições específicas verificadas nas áreas em estudo.

Os militantes, por outro lado, eram peças-chave justamente porque já estavam na região antes dos *movimentos* e dos acampamentos se proliferarem.⁹ Seriam eles, portanto, os únicos elementos que poderiam ser acompanhados sistematicamente no tempo e no espaço no qual tais mudanças se deram. As mudanças de suas vidas, como veremos, são indicadores confiáveis dos significados que os atos de ocupar terras e montar acampamentos tomaram fora dos espaços idealizados dos modelos sociológicos.¹⁰

Iniciamos a reconstituição dessa experiência pelo relato de um militante que se envolveu com o movimento desde seu período de fundação na região.¹¹

MIGUEL¹²

Dos militantes entrevistados, Miguel era o que estava no MST há mais tempo. Ele havia tomado contato com o movimento em 1992, durante a preparação da ocupação do Engenho Camaçari, em Rio Formoso. Na época, ele tinha 21 anos e era o filho homem vivo mais velho de uma família de 19 irmãos. Filho e neto de trabalhadores rurais, Miguel foi, desde pequeno, socializado no modo de vida dos trabalhadores da cana:

Miguel: Eu fui crescendo, eu fui me dando, fui me habituando assim com o sistema que ele [o dono do Engenho] tratava nós. Tem que trabalhar, tem que fazer isso! Era divertimento zero. Divertimento era de manhã na cana e de tarde na roça. Isso era o divertimento que nós tínhamos de sábado a domingo.¹³

Aos 15 anos deixou a casa dos pais e foi morar com o avô em outro engenho. O avô havia sido delegado sindical e costumava levá-lo ao sindicato, porém, quando adulto, não chegou a freqüentar o Sindicato dos Trabalhadores Rurais – STR. Aos 16 anos arranhou emprego como cortador de cana em uma usina na periferia de Recife. Lá permaneceu durante uma safra e retornou à sua cidade de origem para trabalhar em outro engenho. Nesse tempo, foi ainda convidado pelos parentes para migrar para São Paulo, no entanto, como não tinha estudo – concluiu apenas a primeira série –, decidiu ficar na região.

Aos 18 anos tirou seus documentos – CPF, carteira de identidade, carteira de trabalho e certificado de reservista – e foi, pela primeira vez, a Recife. Lá conseguiu um emprego na construção civil, mas como não tinha dinheiro para pagar o adiantamento do aluguel, teve que voltar para Rio Formoso. Continuou a vida cortando cana, trabalhando das três da manhã às quatro da tarde. Cortava, segundo ele, em média, 25 toneladas por dia. Depois, conseguiu um emprego para carregar manualmente caminhões com sacos de açúcar de uma usina. Em 1991, foi demitido e, a convite de um amigo, foi a uma reunião promovida por militantes do MST que vinham de outros Estados.

Miguel: Desde o início que eu entrei o povo já dizia que eu era militante. Apesar das agruras na ocupação ... Viemos sem saber como fazer. A gente já era militante, mas não tinha participado de nenhum curso. [O primeiro] foi um curso muito bom, onde *eu comecei a ver um pouco da realidade, a viver um pouco da história, ter mais conhecimento político* ... Apesar da dificuldade de ler, de escrever, essa coisa toda, mas tinha uma boa memória para já começar a pensar toda a situação que o país vivia. Aí a gente retorna para as bases, retorna para

certas parcelas da sociedade. O uso desta expressão decorre da necessidade de não confundir com "movimento social", expressão que, por ser largamente utilizada em inúmeras disciplinas, abarca fenômenos coletivos de diversos tipos, carecendo de definições precisas.

⁹ Todos os entrevistados haviam nascido na Zona da Mata.

¹⁰ Outro elemento fundamental para o "controle" metodológico de tais mudanças é o estudo dos impactos da *forma* consagrada pelo MST em outros grupos de representação anteriormente constituídos, principalmente entre os sindicatos rurais. Tal estudo encontra-se em Rosa (2004a; 2004b).

¹¹ Apesar de a primeira ocupação realizada pelo MST datar de 1989 na Zona da Mata, foi somente em 1992 (na segunda ocupação) que se constituíram condições para sua permanência na região. Para mais dados, ver Sigaud (2000).

¹² Para proteger os entrevistados de constrangimentos causados pelas interpretações do autor, todos os nomes de entrevistados utilizados no texto são fictícios.

¹³ A entrevista com Miguel foi realizada por Lygia Sigaud e por Sérgio Chamorro Smicic em 9.9.1999. Agradeço a sua gentileza em me ceder o material. Os cortes realizados na entrevista são de minha inteira responsabilidade e visam tornar o texto mais conciso.

casa ... Já para o final de 1993 veio outro curso em Santa Catarina, em Caçador. Então eu fui com os outros companheiros para lá participar do estudo ... A gente passou três meses em Santa Catarina estudando. Era muito difícil. A gente se levanta às cinco da manhã para fazer física até seis horas. Às seis e meia retornava ... Sete horas era hora de formação, era hora de entrar no colégio. Aí termina esses estudos e a gente retorna ... *Na minha saída fizeram uma festa. E na minha chegada fizeram outra festa, os companheiros do acampamento e os companheiros do sindicato. Era uma festa, para eles era um grande motivo, porque era uma pessoa daqui que estava se engajando no movimento. Que tinha tendência de junto com eles crescer politicamente, crescer junto com eles aqui nos acampamentos.* (Grifos do autor.)

As entrevistas realizadas com Miguel apontam para a importância social que pertencer aos quadros do MST foi ganhando naquela região. Para um homem que não passou da primeira série, o engajamento no movimento representou, como ele mesmo fez questão de assinalar em nossas conversas, uma nova possibilidade de inserção social.

No curto período de tempo entre o momento em que era um trabalhador rural como qualquer outro, e aquele no qual foi recebido com festa por companheiros e amigos da cidade, sua vida mudou completamente. Os cursos de militante que foram iniciados na região o levaram a visitar Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro, entre outros Estados. Para quem foi conhecer Recife, que fica a menos de cem quilômetros, aos 18 anos, ter visitado algumas das principais cidades do país representa muito. Ele conhece todas as autoridades locais e também é reconhecido por elas quando passa pelas ruas da cidade. Atualmente, morando na cidade vizinha de Tamandaré, sempre que era procurado nas feiras e praças da cidade, todos sabiam quem era o “Miguel do MST” e onde ele poderia ser encontrado.

Em um último encontro travado com ele, Miguel havia se afastado da militância. Sem receber por muitos meses a pequena ajuda de custo que utilizava para sustentar sua família, ele arranhou um emprego na prefeitura para cuidar da jardinagem de uma praça pública. Mesmo afastado da militância, ele continua a ser conhecido na cidade como o “menino do MST” e afirma que, assim que tiver oportunidade, gostaria de retornar aos quadros do Movimento, pois foi ali que aprendeu tudo o que sabe na vida. Para além de uma nova identidade, que por si já configura algo importante para quem estava desempregado, Miguel encontrou no *movimento* uma nova possibilidade de inserção social em muito distinta daquelas que figuravam anteriormente à chegada do MST. Um líder “microrregional” como ele foi é o responsável pelas centenas de famílias que tomam parte nos acampamentos e também pelas negociações com autoridades locais sobre o destino e manutenção dos acampamentos.

CÉSAR

Ao sair do movimento, Miguel deixou em seu lugar um outro jovem da mesma cidade. César conheceu o MST aos 19 anos:

Marcelo: Como é que você ficou sabendo?

César: Eu estava fazendo um trabalho no colégio estadual. E eu tinha que fazer um trabalho da reforma agrária em termos de Rio Formoso. Então fui obrigado a estudar o método de organização do MST e a cultura do movimento sem terra.

Marcelo: A professora da escola pediu para você fazer?

César: Fazer um trabalho agrário.

Marcelo: Você estava no segundo grau?

César: É do primeiro grau. Então fui obrigado a escolher um tema. Fui obrigado a conversar com Miguel. Vou precisar de bandeira, vou precisar de CD, vou precisar de material didático do movimento, e eu fiz um trabalho. Um dos melhores trabalhos e nisso o espírito social entrou e mudou o quadro. E eu disse assim: “*A partir de hoje eu quero ser sem-terra*”. E até o companheiro Miguel aí me levou para o encontro e eu fui obrigado a comprar uma camisa, uma farda do exército sem terra. Então fui obrigado a deixar um pouco a escola e pegar na organização.

Marcelo: Você já conhecia o Miguel?

César: Já. *A gente morava no mesmo bairro. Então a gente já conhecia o Miguel, o negão sem-terra ... Hoje ele é um exemplo para a juventude.* Eu fui falar com ele para ele me levar para um curso. Porque eu queria conhecer o movimento mais de perto.

Marcelo: Depois desse curso você voltou para Rio Formoso?

César: É, depois eu voltei pra Rio Formoso. E eu não via que Rio Formoso era uma prisão. Então, com quarenta dias eu peguei o hábito do povo sem-terra. Então eu tinha uma decisão: ficar com a minha família ou ir para os sem-terra.

César é filho de um funcionário da prefeitura de Rio Formoso. Antes de ir para o curso do MST, trabalhava como atendente em uma padaria que funcionava somente durante a safra da cana, de setembro a março. Depois de conversar com Miguel, fez o curso para militantes em Olinda e outros mais longos em Caruaru, onde disse ter aprendido a “teoria e linguajar do MST”. Participou, ainda, de cursos em Sergipe e na Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ, e do Fórum Social Mundial, em 2001. Em 2002, ele havia sido destacado pela direção estadual para coordenar a microrregional de Barreiros e São José da Coroa Grande.¹⁴

Desde que deixou a escola ele passa os dias envolvido com as tarefas que o movimento lhe delega. Além de coordenar os acampamentos, ele tinha a missão de atrair cerca de duzentos jovens da região para os cursos do Movimento. Assim como o que acontece com Miguel, participar do *movimento* confere qualidades especiais a jovens do lugar:

César: quando eu disse que era sem-terra eu deixei de ter amigos e a minha família ficou me olhando. Eu tive que tomar uma decisão: ou eu fico com a família ou com o movimento sem terra. E aí hoje eu sou um dos maiores exemplos lá da juventude de Rio Formoso, eu coloco até de Pernambuco. Hoje eu sou bem-vindo em Rio Formoso. Eu faço debate em colégio municipal, estadual ... Então hoje é todo mundo lá dizendo assim: olha, eu quero ir é contigo onde está os sem-terra.

Por não ter um passado familiar de sucesso, tudo que realiza se torna uma obra própria, que é sentida por ele mediante o respeito devotado por seus semelhantes ao seu posto no MST. Ao voltar à escola em que estudou, não mais como um aluno, mas como um palestrante, ele se investe de autoridade e se diferencia da massa dos outros meninos, que ele espera conquistar. Paradoxalmente, esse sentimento de orgulho individual somente existe porque ele continua a compartilhar da vida coletiva dos sem-terra e, ao mesmo tempo, retorna sempre à sua cidade, quando vê confirmada sua escolha. Para manter sua posição, e mesmo para galgar lugares ainda mais prestigiosos, ele precisa passar dias e noites

14 No Estado de Pernambuco a hierarquia das decisões do MST era, simplificada, organizada em coordenações microrregionais, regionais e coordenação estadual.

agitando uma ocupação ou lendo os livros de Marx e Che Guevara que carrega em sua pastinha com a qual desfila orgulhoso pela cidade.

15 O termo *outsider* utilizado no texto tem inspiração na obra de Elias (2000), na qual a expressão é utilizada para qualificar os sujeitos que, apesar de tomarem parte nos processos produtivos e na vida cotidiana da cidade, não são reconhecidos como membros da "boa sociedade", ou seja, como representantes do grupo (minoritário) que dita os padrões de estilo de vida e conduta ideais para a comunidade toda.

OS OUTSIDERS¹⁵

Se nos casos de Miguel e César, a chegada do MST lhes abriu as portas para uma espécie de socialização política primária, esse não foi o caso de outros militantes que ingressaram no *movimento* depois de experiência obtida em outros espaços sociais.

MÁRCIA

Márcia é coordenadora da regional Mata Norte. Quando a entrevistei, em maio de 2002, ela tinha 40 anos, ou seja, era mais velha do que todos os militantes citados até agora. Ela é natural da Paraíba, mas viveu desde os três anos na cidade de Condado, também na Mata Norte. Filha de um pequeno arrendatário de terras, casou-se aos 13 anos, teve quatro filhos e completou o curso de Magistério em uma escola na cidade de Goiana.

Em 1986, foi eleita para a tesouraria do sindicato de Condado, posição que ocupou por oito anos. Saiu, tempos depois, por divergências com o então presidente.

Márcia: Fui para o sindicato rural; a gente defendeu muitas causas de trabalhador ... eles reclamavam e a gente tentava resolver. Mas no sindicato era uma situação que dependia muito do patrão, não era assim um movimento, uma organização livre. Eles dependem muitos dos patrões, dos usineiros, dos fazendeiros. Aí depois teve uma confusão lá grande com o presidente e eu me afastei do sindicato.

Ao mesmo tempo, exerceu a profissão de professora por 12 anos naquela cidade. Lá também organizava associações de ajuda nos bairros e na escola:

Márcia: Eu era professora, mas eu formava a Associação com pessoas que eram deficientes, pessoas que passavam necessidade. A gente sempre tinha aquele trabalho de procurar as pessoas e tentar ajudar. Procurar os políticos para fazer doação de colchão, de cadeiras de rodas e de alimentação. Pelo menos uma vez por dia a gente preparava uma sopa lá na Associação e nós doava para esse pessoal. Eu tinha um conhecimento muito grande na cidade e o pessoal me procurava muito. Depois a gente via que tinha pessoas que não tinham casa ... não podiam pagar aluguel de casa, e os prefeitos não doavam terreno para eles construírem a casa, e aí a gente começou fazendo a ocupação de sem-teto.

Marcelo: Como é que começou essa coisa de ocupar os terrenos da cidade?

Márcia: Eu era professora, mas tinha procuração de todo mundo da cidade. Tanto do pessoal pobre, quanto do pessoal que trabalhava na prefeitura e que não apoiava o prefeito. Eles passavam a informação pra mim. Aquele terreno ali foi uma briga política e o prefeito está aguardando para quando chegar a política e ele fazer a política dele em cima daquele terreno. Eu ia lá e ocupava com os trabalhadores. Acabou que eu fui presa em 1997.

Marcelo: Em 1997?

Márcia: A minha prisão lá na cidade. E passei mais de 24 horas presa. Depois me tiraram da cadeia, quando eu cheguei em casa o meu pai não entendeu. Ele não entendia minha luta. Quando eu cheguei em casa ele não me aceitava dentro de casa. Eu já era separada do marido.

Marcelo: Já tinha separado?

Márcia: Já tinha três filhos. Não baixei a cabeça não. Ele não me queria dentro de casa e eu fui pra rua, fui para o mundo mesmo. Foi nesse ano que eu encontrei o Movimento Sem Terra lá na cidade.

Marcelo: A senhora não conhecia nada do Movimento?

Márcia: Não. Eu tinha conhecimento era do Sindicato Rural, que é diferente do MST. Um companheiro fez um convite para eu fazer um trabalho de base com ele e eu fui.

Marcelo: Como foi seu primeiro contato com o Movimento? Onde eles lhe encontraram?

Márcia: Eles estavam fazendo um trabalho de base lá em Condado, e tiveram conhecimento que tinha uma professora que foi presa. Aí eles tentaram me procurar e me encontraram. A gente conversou numa praça lá, e fez o convite e eu fui para o Movimento.

Depois de um ano apenas na militância, ela foi destacada para coordenar a regional, em 1998. Daquela época em diante, ela comandou algumas das maiores ocupações da região e voltou a ser perseguida pela polícia e pelos políticos locais. As agruras de pertencer à organização são contadas por ela como troféus de sua luta.

Estigmatizada pelos atos passados, Márcia encontrou no MST um novo espaço de socialização:

Márcia: Para mim, minha felicidade está dentro do MST. Na organização a gente se revela outra pessoa. *Entrando no Movimento Sem-Terra, com um ano, dois anos, a gente se vê que é uma outra pessoa.*

Para uma mulher que afirma que desde jovem se envolveu em grupos para ajudar os outros, fosse no sindicato ou nos grupos de bairro, o encontro com o MST representou a possibilidade de prosseguir em suas atividades. Engajar-se no *movimento* é mais uma possibilidade que se abriu ao longo da vida. Não por acaso, ela se mantém organizando acampamentos e ocupações *na mesma área em que viveu toda a sua vida*. Agora, como ela mesma afirmou, tem a liberdade de chegar a qualquer um dos prefeitos da região e exigir uma determinada ajuda como *coordenadora do movimento*, e não mais como uma pessoa comum.

Fora do sindicato e malvista pela família e pela comunidade da cidade, ela encontrou no MST o amparo coletivo para sua vida e uma justificção para sua conduta incomum. Sua vida de *outsider*, repudiada pelos mais próximos, foi justamente o que chamou a atenção dos militantes que faziam trabalho na região. Seus conflitos com os políticos locais, com os sindicalistas e com a polícia aproximaram-na, mesmo que não intencionalmente, do MST, que se tornou, como ela diz, sua própria família.

Além de influir para uma pequena mudança na estrutura fundiária local, o MST parece, como sugere a trajetória aqui narrada, também contribuir para uma redefinição das estruturas tradicionais de hierarquia e estratificação social nesses municípios a partir do momento em que se legitima como uma nova instituição da vida local.

TURBINA

Essa atração de *outsiders* para a militância do MST não fica restrita a casos isolados. Turbina, por exemplo, recebeu esse apelido por trabalhar 19 anos como operador de gerador em uma usina de açúcar de sua cidade. Aos nove anos já acompanhava o pai, que trabalhava na lavoura de cana. Começou semeando adubo e depois foi cambitar o gado que arava as terras. Antes de virar operador do gerador, foi zelador de um dos engenhos da usina. Quando nos encontramos pela primeira vez, em maio de 2002, ele tinha 38 anos.

Marcelo: Como é que você ficou sabendo do movimento e começou a participar?

Turbina: Eu saí da usina em 20 de junho de 1997. Eu passava na beira da pista e via as bandeiras. Para ser franco, eu tinha medo. Fui atrás de emprego na usina Trapiche e não consegui. E aí, através de um amigo da cidade, ele me chamou para uma ocupação e eu entrei na luta e estou a até hoje.

Marcelo: Por que você decidiu acampar e não fazer outra coisa?

Turbina: Como eu falei anteriormente, eu não consegui emprego, aí vi que o Movimento estava oferecendo uma terra. Aí disse: “Eu já tenho minha casa e com terra vou conseguir um trabalho”. Aí fui para o acampamento. Na primeira semana me colocaram para ser coordenador de alimentação. Aí vim na prefeitura *conversar com o prefeito sobre a questão da alimentação, e daí por diante eu consegui me adaptar ao Movimento*.

Turbina se engajou no movimento com 34 anos. Ele teria sido demitido da usina no ano em que foi lançado candidato à presidência do sindicato dos trabalhadores nas usinas de açúcar e álcool de Escada, em uma chapa de oposição.

Assim como Márcia, ele foi preso, em 1999, durante um saque promovido pelo MST na rodovia BR-101 em Escada. Ficou detido por três meses e meio no presídio daquela cidade. Ao sair da prisão, foi laureado com a coordenação da microrregional de Escada e logo a seguir foi destacado para coordenar a regional metropolitana.

No seu caso, também a prisão e sua condição de *outsider*, que faziam de trabalhadores comuns depositários de estigmas, passam a ser vistas como atributos de qualificação. Quanto mais afastados estão dos modos clássicos de inserção social da região, mais os militantes passam a ter valor para os dirigentes.

O desprestígio causado na cidade pela prisão foi logo sublimado pela sua condição de coordenador regional do MST:

Turbina: Fui preso e já estava com mandado. Me levaram para o presídio de Vitória [de Santo Antônio], passei lá uma semana e daí eu vim aqui para Escada. Quando eu saí, saí um pouco revoltado com a burguesia. *Hoje toda a burguesia da cidade me respeita, até a polícia. É Turbina pra cá, Turbina pra lá*.

Marcelo: O Ricardo falou que aqui o pessoal te respeita bastante.

Turbina: Através dessa prisão minha foi ruim por um lado, [por outro] foi bom, não é? O pessoal hoje na cidade não tem quem não conheça o Turbina e o Movimento Sem Terra. Hoje todo mundo conhece o Movimento Sem Terra e respeita. *Se eu quiser mandar um bilhete para o mercadinho, os caras mandam [comida] pra cá. Hoje tem uma simpatia*.

Em nossa conversa ele fez questão de apontar a mudança que ocorreu em sua vida depois de ter passado a usar o boné do MST. Se antes era um trabalhador rural como qual-

quer outro, depois de ter se engajado no MST e passado por essa série de dificuldades, ele se tornou conhecido e respeitado por toda a cidade. Mesmo que ele desconfie que o respeito venha do medo que os sem-terra despertam, ele sente que foi somente assim que pôde ocupar uma posição social diferenciada. Como aponta Elias (1997), assumir a condição de “fora-da-lei” é, por vezes, a única saída para pessoas dos estratos mais baixos ascenderem socialmente.

Turbina se sente como um indivíduo diferente – respeitado – porque, assim como Márcia, o MST lhe dá a condição de ajudar outras pessoas da própria cidade onde nasceu e, ao mesmo tempo, de ter sua conduta legitimada pelas autoridades locais. Ele agora pertence, e é aceito, como membro de uma instituição considerada legítima.

JUDITH

Esse desejo de ajudar outros mais necessitados é que teria despertado Judith, 42 anos, para se engajar no MST. Em maio de 2002, ela era a coordenadora da microrregional que concentra o maior número de acampamentos e assentamentos no Estado, na cidade de Água Preta, fronteira com Alagoas.

Marcelo: Você trabalhava aqui na prefeitura?

Judith: Eu trabalhava no programa Médico da Família. Eu trabalhava por contrato em outras prefeituras. Na época que eu entrei no movimento, eu era funcionária da prefeitura da cidade de Joaquim Nabuco.

Judith fez curso superior de Enfermagem e Administração de Empresas na cidade vizinha de Palmares. Sua adesão inicial ao Movimento foi um prolongamento de sua atividade profissional. Contratada pelos programas do governo federal de combate à miséria e de controle de natalidade, seu trabalho era mapear os grupos que apresentavam problemas de saúde e higiene. Se, como ela me disse, sua vocação foi sempre a de ajudar os outros, ao visitar os acampamentos do MST encontrou um modo distinto de aplicar seu saber técnico.

Primeiro, ela montou uma barraca em um acampamento vizinho à cidade. Por um ano trabalhou como parteira em Joaquim Nabuco, vivendo no acampamento. Ainda nesse ano, foi-lhe designado o posto de coordenadora de saúde do acampamento e, logo a seguir, de todos os acampamentos de Água Preta. Nos meses seguintes assumiu a coordenação de saúde de toda a regional Mata Sul. Atarefada e envolvida no movimento, no ano seguinte abandonou seu emprego e se dedicou somente ao MST:

Judith: No caso eles [as pessoas da cidade] dizem assim: “Menina como é que tu deixou uma vida diferente. Tu deixou uma vida onde tu tava com pessoas das melhores. *Estava sempre com secretário de saúde, médico, enfermeiros formados da elite maior. E hoje tu deixou tudo isso?* Tu jogou para o alto? E tu estás hoje no meio dos sem-terra, vândalos, pessoas precárias, pessoas que passam fome, que estão lá de pés descalços, suja”. Eu falei: “*Me sinto bem junto deles*”.

Marcelo: Você abriu mão de tudo isso?

Judith: Tudo. Tudo mesmo ... Você está junto com os sem-terra? Eu falei: “Estou” ... *Sem-terra me enche de orgulho*. Muita gente se envergonha. Para mim é questão de orgulho. Assim me sinto orgulhosa. *Às vezes passo na cidade e ficam brincando comigo: “Sem-terra”!*

Marcelo: Mas o que é que as pessoas que entram para o Movimento sentem?

Judith: Sente assim uma vibração. Eu costumo brincar e dizer assim para o pessoal: “Olha, o Movimento Sem Terra é um vírus. Depois que contamina não tem mais jeito. Na minha casa era difícil. *Só eu era sem-terra*. Meus filhos tinham uma vida diferente. *Quando eu entrei foi um tabu*.”

Ela tem três filhos: uma menina com 12 anos, um rapaz com 17 e outro com 23. Recebia cerca de setecentos reais por mês, o suficiente para pagar escola particular para os filhos naquela cidade. A entrada no MST também contribuiu para um afastamento daquilo que ela chama de “sociedade local” e uma dedicação quase que total à vida de militante. A rejeição inicial da família foi vencida quando seu filho de 17 anos foi convidado para conhecer São Paulo e fazer um curso sobre História do Brasil com outros militantes na Universidade Estadual de Campinas. Quando voltou de Campinas o menino começou a ir para os acampamentos dar aulas sobre a história do Movimento, o significado da bandeira. Logo a seguir foi enviado para a Paraíba, onde ingressou num curso de técnico em Agronomia.

Vendo o sucesso do irmão e da mãe, que assumiu em 2001 a coordenação microrregional, o filho mais velho, que queria ser policial, agora trabalha como motorista da mãe e a substitui na coordenação quando ela viaja para fazer cursos em Caruaru. Nesse caso, a família reaparece como ponto fundamenal para a inserção social dos indivíduos. A de Judith, no entanto, somente passou a ser socialmente valorizada a partir do ingresso de sua matriarca no MST. O *status* da família na pequena cidade não se dava – como acontecia anteriormente – pela participação naquilo que Elias (2000) chama de “boa sociedade”, mas pelo poder de negociar com as autoridades locais em nome de um *movimento*.

Para Judith, a relativa inserção profissional não lhe prometia para o futuro uma situação melhor do que a que ela tinha naquele momento. Apesar de ser um emprego com remuneração considerada por ela razoável, sua manutenção dependia da benesse do prefeito, pois era um contrato temporário. Entre os sem-terra, ela parece ter encontrado não apenas um lugar para exercer sua vocação profissional, no sentido weberiano do termo, mas uma possibilidade de ascensão hierárquica que se revelou na rápida mudança de funções. Se no universo dos profissionais de saúde ela ocupava um dos menores postos, no MST ela se transformou em uma figura de destaque, reconhecida por toda a direção estadual.

Na entrevista, ela chamou ainda a atenção para a disposição do MST em receber pessoas que estivessem marginalizadas nas cidades da região:

Judith: A gente tirou da rua pessoas que tinham envolvimento com drogas ... Hoje já um militante. Já não é mais aquele drogado. Às vezes eles discriminam muito. Não importa o que você foi. Importa que você está conosco. O cara mata, faz e desfaz e volta. O Movimento abraça. Abraça por quê? Porque no caso, se tu cometeu um crime, foi preso. Tu pagou tua pena. Tu volta para a sociedade e é discriminado. Aí faz até se revoltar ... A gente não se importa, se tu fez um erro no passado e pagaste pelo teu erro, volta que a gente te abraça ... Tinha um rapaz que ele cometeu um crime de legítima defesa e cumpriu pena de cinco anos. Foi solto, mas ele se sentia discriminado ... Aí ficou uma pessoa deprimida. Não olhava mais nos olhos de ninguém ... Eu cheguei para ele e falei: “Por que tu não vai se juntar a nós, ser sem-terra?” ... Ele juntou-se a nós, é uma pessoa das mais empolgadas. *Todo mundo respeita ele lá dentro*. Se sente mais Eu. *Só que ganhou autonomia. Coordena e dá tarefa. Aquela pessoa que é mais discriminada quando chega no nosso acampamento a gente dá a tarefa de presidente*

da associação, de coordenador do acampamento, coordenador de saúde, trabalha gênero, trabalha educação. Então a pessoa se sente segura: "Poxa, eu estou ganhando espaço. Eu estou sendo bem recebido. Não estou sendo discriminado!"

Na passagem anterior, o depoimento de Judith resume boa parte do argumento que esses militantes mais velhos usam para justificar sua presença no MST. Márcia e Turbina foram casos emblemáticos de pessoas que, antes de entrarem no MST, eram vistas com maus olhos em suas comunidades – ela havia sido presa e ele estava desempregado. Certamente, esse engajamento não os livrou dos estigmas passados, que tendem a ser reforçados pela imagem de desordem que as pessoas comuns fazem do Movimento. No entanto, ao adentrarem o mundo do MST, que é um grupo também estigmatizado em qualquer lugar do país, os atributos de desqualificação passam a ser encarados de maneira positiva e as agruras do passado se transformam em capital simbólico para ascensão na hierarquia do movimento.¹⁶

Levando em conta as histórias e os depoimentos que apresentei com brevidade até aqui, vemos que, para essas pessoas um pouco mais velhas, para as quais a experiência com os sem-terra não significou sua primeira socialização coletiva – como o foi no caso dos jovens, por exemplo –, o engajamento lhes proporciona o conforto e justificação para suas condutas de *outsiders* na região. Ser uma coordenadora do Movimento permite que mulheres como Márcia e Judith comandem grupos de centenas de homens em acampamentos, marchas e ocupações, sem que isso seja visto, ao menos dentro do MST, de modo preconceituoso. Márcia já ocupava terrenos, Judith já ajudava as pessoas e Turbina já tinha aspirações à luta política, mas somente no MST foram plenamente incentivados a isso como indivíduos e somente sob a chancela do Movimento é que tiveram condições reais de participar oficialmente das disputas políticas locais. Esses casos são exemplos concretos da forma como a chegada e a formação de um movimento social pode alterar as estruturas de poder numa determinada região e da forma como os próprios moradores da região percebem tais mudanças.

PARA ALÉM DO MST

Se o estudo de algumas das histórias de vida dos militantes do MST contribui para a compreensão da importância do movimento social para a significação individual de quem nele toma parte, ao abordarem-se suas dissidências, compreende-se os casos nos quais esse mecanismo não opera com o mesmo sucesso.

No ano de 2003, havia pelo menos cinco movimentos organizando ocupações de terra na região, formados a partir de cizânias no interior do MST. Dentro dos limites deste artigo, vou tratar com brevidade de dois casos que foi possível acompanhar mais detidamente e que revelam com extrema clareza as possibilidades de mudança engendradas pelos movimentos naquela região.

O MTRUB – MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS E URBANOS DO BRASIL

O Movimento dos Trabalhadores Rurais e Urbanos do Brasil tem sua sede na cidade de Amaragi. Esta cidade dista cerca de 100 km do Recife, e não existe linha de

16 Honneth (2003) chama atenção para os efeitos mobilizadores do encontro de indivíduos com trajetórias de exclusão singulares em espaços coletivos como os movimentos. Tais espaços seriam fundamentais para a transformação das "gramáticas morais" da sociedade. ro de 2001.

ônibus que as conecte. Para se chegar até lá é preciso tomar um coletivo até Escada (cerca de uma hora do Recife) e depois outro veículo (um velho microônibus ou, o que é mais rápido, uma picate que tem a carroceria adaptada com bancos de madeira) até a cidade.

Caminhando por cerca de trinta minutos desde o centro da cidade por ruas de barro, avista-se de longe um desbotado letreiro azul com a inscrição “Movimento dos Trabalhadores Rurais e Urbanos do Brasil”. O prédio, tal como outros que abrigam casas de comércio na região, tem apenas uma porta na parte da frente.¹⁷ No seu interior, ao fundo, pode-se ver, pregada na parede, a bandeira do MTRUB: um retângulo vermelho com um círculo branco ao centro, preenchido por um mapa do Brasil em verde. Dentro do mapa, uma árvore, uma foice de cortar cana e uma casa, que pretendem simbolizar respectivamente a ecologia, os trabalhadores rurais e os trabalhadores urbanos.¹⁸

No dia de minha visita fui recebido por seu Jorge, um homem que aparentava ter cerca de cinquenta anos. Jorge era um trabalhador rural que, na juventude, havia trabalhado no corte de cana como clandestino (ou seja, sem receber os direitos trabalhistas) e, em Recife, na construção civil. Quando retornou para Amaragi, no final dos anos 80, foi morar numa ponta de rua, ou seja, em um dos bairros que se formavam na periferia das pequenas cidades. No início dos anos 90, juntamente com outros vizinhos, teria “botado um roçado” em um engenho chamado Tapuia (que posteriormente se tornaria parte de sua alcunha), que estava abandonado pela respectiva arrendatária.¹⁹

Em 1993, a filha do antigo arrendatário do engenho que tinha a propriedade da área há mais de setenta anos teria decidido repassar a posse a outra pessoa, e teria exigido na Justiça a expulsão do grupo de plantadores.

Como representante dos plantadores, seu Jorge teria recorrido ao que chamou de *advogados do Estado*. Essa tentativa também se mostrou pouco eficaz e, como último recurso, ele procurou o Incra, para onde levou as famílias de posseiros.

Também na sede do Incra, Jorge teria conhecido Jaime Amorim, principal líder do MST na região. Dias depois, segundo Jorge, o próprio líder do MST teria ido até sua casa, em Amaragi, e proposto “botar a bandeira” do Movimento no engenho Tapuia.

Em 1996, seu Jorge passou a fazer parte do MST, que botou sua bandeira no engenho Tapuia. Durante um período de aproximadamente dois anos, ele teria participado do que chamou de “cursos de capacitação e de formação política”, promovidos pelo MST, em Caruaru e em Olinda. A situação do engenho Tapuia, no entanto, continuava indefinida.

Neste ínterim ele teria enfrentado uma série de conflitos com algumas lideranças do MST. Segundo ele, dentro do Movimento o militante (a função inferior nos quadros deste Movimento) teria pouca margem de ação em relação aos dirigentes (quadros que estão acima dos militantes). Na sua expressão, “a hierarquia queria dar a norma” e isso não lhe parecia correto.

Do modo como descreveu sua posição no MST, seu Jorge nunca teria ocupado um lugar que considerasse expressivo na hierarquia deste “movimento”. Decepcionado com o MST, ele teria decidido “trocar de movimento”. Sua decisão não se deu em um espaço vazio, ela estava amparada por uma disputa que o MST travava, em sua cidade, com o Movimento dos Trabalhadores (MT), por áreas improdutivas.

Sentindo-se pouco valorizado pelo antigo movimento, passou, juntamente com todas as famílias que arregimentara para o MT, no qual passou a ser membro da diretoria. Sua relação com este movimento também durou pouco tempo.

17 No dia em que visitei o local, havia no seu interior uma estante feita de tijolos e tábuas empilhadas, uma pequena mesa de escritório e duas ou três cadeiras velhas.

18 A bandeira era inspirada na do MST, porém, na flâmula da organização mais conhecida o mapa do Brasil é preenchido por um homem e uma mulher erguendo um facão.

19 “Botar roçado” significa, nesta região, cultivar uma pequena parcela de terra, em geral com uma lavoura de subsistência, em uma área de propriedade de outra pessoa.

Segundo ele, certa vez teria reunido cerca de trezentos trabalhadores numa ocupação próxima a Amaragi, numa terra que o MT havia garantido que era improdutivo. A informação se mostrou equivocada e a área teve que ser desocupada logo a seguir. O equívoco da direção do *movimento* teria causado sérios prejuízos à reputação de seu Jorge em Amaragi, que por isso fora acusado, por um grupo de acampados, de enganar os trabalhadores com promessas vãs.

Como é praxe entre os líderes dos *movimentos* e também entre trabalhadores acampados e assentados na Zona da Mata, seu Jorge ia freqüentemente ao Incra (lugar em que havia conhecido o líder do MST) para solucionar problemas de liberação de créditos para assentados e para solicitar pressa em processos de vistoria de propriedades com vistas à desapropriação.

Em uma destas visitas ao Incra para solicitar a desapropriação de uma área, seu Jorge teria sido aconselhado pelo superintendente a deixar o MT e formar *seu próprio movimento*. Na sua formulação, ele poderia se “livrar da hierarquia” que sustentava a relação do MT com o Incra, e que determinava que apenas um dirigente estadual tinha autorização para negociar com os órgãos oficiais.

Criando seu próprio *movimento*, seu Jorge deixaria de ser apenas mais um entre os diversos quadros que compõem as diretorias do MST e do MT. Como ele mesmo frisou por diversas vezes em nossa conversa, “ter um movimento” significa ter uma posição social privilegiada diante dos trabalhadores rurais de sua região (bem como diante do superintendente do Incra).

Além da referida reputação conquistada entre seus pares, o líder e fundador do MTRUB sugeriu que guardava um forte ressentimento em relação àqueles que denominava de elite em sua cidade, pois nunca teriam lhe permitido entrar para a “sociedade” de Amaragi. As principais instâncias de significado que, na sua consideração, lhe estiveram bloqueadas eram a “política” e também o sindicato rural. Segundo ele, todos – a elite – eram do mesmo grupo político, o que, sob sua ótica, teria ficado explícito no chamado “escândalo do limão”.²⁰ Como disse seu Jorge, e como podia-se ler pesquisando em jornais da época, o líder do MTRUB ficou reconhecido como o homem que denunciou o escândalo que viria a tomar as manchetes dos periódicos locais por um bom tempo.²¹

Logo após denunciar esse escândalo, seu Jorge teria se candidatado a vereador pelo Partido Democrático Trabalhista – PDT, que lhe ofereceu uma vaga na sua lista. O prestígio auferido com as denúncias e com os acampamentos não foi, no entanto, suficiente para que ele ganhasse uma vaga na Câmara Municipal.

Outro exemplo do *status* auferido por seu Jorge ao se tornar presidente de um *movimento* foi a sua escolha, feita pelo Incra, para distribuir cestas básicas aos trabalhadores de sua cidade. Tendo o poder de distribuir as cestas, uma importante moeda política na região porque garante a alimentação das famílias de trabalhadores da cana na época de entressafra, ele passou a ser recebido por autoridades que lhe cediam veículos para buscar os alimentos nos armazéns do governo do Estado, em Recife.

Ao estabelecer contato com seu Jorge e com as pessoas que lhe dão apoio, as dinâmicas sociais que dão sentido a essas relações tornaram-se mais claras. A energia social que o movia é de ordem diversa daquelas que tradicionalmente agita a vida daquela cidade; ele não era membro das famílias tradicionais, não havia sido socializado em partidos políticos e não era apadrinhado de nenhum chefe político local – o que aconteceu somente depois de ter seu *movimento*.

Seu envolvimento com a forma *movimento* se inscreveu, assim, num marco de possibilidades concretas de agir que foram legitimadas pelo MST, quando aprendeu os có-

20 Este escândalo, de grande repercussão na mídia de todo o país, envolvia parentes do prefeito, funcionários do Banco do Nordeste e sindicalistas rurais, que teriam montado um esquema para desviar verbas do Programa Nacional para a Agricultura Familiar – Pronaf. Na versão de seu Jorge, que era perfeitamente congruente com aquelas divulgadas pela imprensa do Recife, um funcionário do Banco do Nordeste procurava pequenos agricultores e lhes oferecia uma determinada quantia (seu Jorge falou em 500 reais) em troca de seus dados pessoais, como CPF, por exemplo. O funcionário encaminhava, com a anuência do Sindicato de Trabalhadores Rurais, um pedido de financiamento com recursos do Pronaf em nome dos agricultores que haviam cedido seus dados. Ao cabo, o dinheiro era desviado para as contas bancárias dos envolvidos no crime.

21 *Jornal do Commercio e Diário de Pernambuco*, janeiro de 2001.

digos sociais necessários, e pelo Estado, na figura do superintendente do Incra, que, pessoalmente, entendia que a representação direta dos interessados poderia acelerar os processos de desapropriação e diminuir os conflitos internos aos grupos. Reconhecido pelo Incra, logo ele passou a ser visto na cidade como alguém que detinha um tipo específico de poder: o poder de incluir pessoas nas demandas por terras e cestas básicas. A primeira, outrora interdita aos mais pobres, e a segunda, monopólio dos chefes políticos locais.

MTBST – MOVIMENTO DOS TRABALHADORES BRASILEIROS SEM-TERRA

A pequena cidade de Amaragi foi também o cenário para o surgimento de outro *movimento*, no ano de 2002. O primeiro encontro com seu principal líder, José Clemente, um homem solteiro de cerca de 30 anos, deu-se na sede do Movimento, que se localiza na garagem²² de sua própria casa, na qual vive com os pais e irmãos mais novos. No fundo da peça que servia de local para as reuniões do grupo estava afixada na parede a bandeira vermelha com uma estrela branca ao centro, que simboliza o grupo.

José Clemente – que neste dia estava acompanhado de Alan, o outro fundador do Movimento – é um trabalhador rural que plantava com sua família em terras arrendadas nos engenhos da região de Amaragi. No final dos anos 80, depois de algumas safras perdidas, toda a família mudou-se para o núcleo urbano do município, onde alugaram uma casa. Em Amaragi ele não se estabeleceu, como seu Jorge, por exemplo, nas pontas de rua, mas num local mais próximo ao centro da cidade, ao mesmo tempo em que o MST realizava o chamado trabalho de base na cidade.

Nessa época, entre 1998 e 1999, o MST ainda estava sendo representado, na cidade, por seu Jorge. Se o MST procurava pessoas para realizar um novo acampamento, José Clemente e sua família buscavam uma nova “opção” para suas vidas. Esse fortuito encontro de perspectivas o levou a participar de um acampamento em busca de uma parcela. Segundo relata José Clemente, enquanto seu Jorge era coordenador do MST, ele, José Clemente, “era uma pessoa assim comum, só concorrendo à vaga de uma parcela”.

O acampamento acabou sendo desmontado e os acampados retornaram para suas casas dias depois. Frustrada essa incursão no mundo dos *movimentos*, já no ano de 2000, ele teria ido para São Paulo, onde trabalhou no setor de manutenção de uma escola particular por menos de um ano. Antes de voltar a Amaragi, tentou a sorte na Paraíba, de onde retornou para novamente tomar contato com o MST.

Nessa segunda vez, já em 2001, seu Jorge já havia deixado o MST, que ficou sem representação na cidade. José Clemente fora coordenador de turma no primeiro acampamento, e conhecia muitas pessoas que haviam participado daquela mobilização. Por isso teria sido escolhido na segunda oportunidade para ser o coordenador do MST naquela cidade. A sede do *movimento* passou a funcionar na casa de sua família que, além da infraestrutura, cedeu todos seus membros homens. José Clemente, seus pais e seus irmãos se tornaram a referência do MST na cidade, e organizaram um novo acampamento com os remanescentes de sua primeira aventura.

A área que foi ocupada, indicada pela direção do MST, pertencia a uma usina da cidade de Vitória de Santo Antão. O próprio José Clemente montou sua barraca e levou consigo seu vizinho.

²² Essa mesma peça servia, ainda, como sala de aula para o Programa Comunidade Solidária, do governo Fernando Henrique Cardoso.

Outra vez o acampamento não foi adiante e a inoperância do MST, segundo ele, em agilizar o processo de desapropriação da área passou a ser também estendida à sua pessoa, que foi responsabilizada pela frustrante aventura – afinal, ele próprio havia convidado muitos dos acampados.

Na hierarquia do MST, José Clemente não chegou a ocupar cargos de coordenação regional ou estadual. Para ele, o próprio volume de suas obrigações com as pessoas de Amaragi tomava todo o seu tempo, e não sobrava espaço para participar das reuniões e cursos promovidos pelo MST. Em vez de ir aos cursos, ele passou a enviar seus irmãos mais novos, que tinham mais tempo disponível.

Para ele, a falta de empenho dos dirigentes regionais do MST em resolver o caso das famílias de Amaragi contribuiu para que ele desempenhasse funções que normalmente não estão ao alcance de militantes em sua posição, como ter que negociar com o Incra e verificar os títulos de propriedade das terras improdutivas da cidade.

Ao recorrer aos cartórios e ao próprio Incra, ele foi se distanciando, aos poucos, da direção do MST, e internalizando os códigos que regem a organização das reivindicações por terra na região. Aprendeu a dialogar com funcionários do Incra e conheceu a lógica para a obtenção dos meios para a sustentação de um acampamento.

No caso de seu Jorge, a “hierarquia queria dar a norma”, e para José Clemente parece ter ocorrido algo semelhante. Ocupando, na hierarquia do MST, um degrau abaixo dos coordenadores de regionais que entrevistei na primeira parte desse trabalho, os líderes de Amaragi não tinham, em princípio, acesso a certos espaços – como o Incra ou a prefeitura – nos quais se estabelece a significação de suas vidas como dirigentes de um movimento. Nesses casos, suas tarefas estavam delimitadas às suas comunidades de origem, pelas quais, sem os objetos ofertados pelo Estado, poderiam fazer muito pouco. Lembrando dos casos anteriores, os coordenadores somente eram reconhecidos em suas cidades de origem porque dispunham do poder efetivo de conseguir desapropriações de terras e outros objetos que são viabilizados pelo Estado, poder que antes, repito, estava concentrado nas mãos do binômio senhores de terra/sindicalistas.

Ao comparar os casos desses militantes que saíram com os daqueles que permaneceram no *movimento*, agregamos mais um elemento que contribui para a compreensão de seu engajamento. A *significação social* desses indivíduos não é dada apenas pelo reconhecimento de sua importância para as comunidades nas quais atuam: ela também é auferida pelo contato individual com representantes do Estado, que têm o poder de reconhecê-los como interlocutores e, por vezes, como uma extensão de seus domínios – como no caso das cestas básicas.

Sentindo-se desamparados pelo MST, pois empenharam seu prestígio e seu próprio dinheiro nos engenhos que demandavam, esses homens encontraram no Incra o “apoio” necessário para sua independência.

Para se tornar um *movimento* de fato, ou seja, para ser equiparado ao MST, o MTBST precisou se garantir mediante documentos cartoriais apresentados aos órgãos ou pessoas físicas com os quais já tinha estabelecido contato quando ostentava a insígnia da outra organização. O mapa dos locais em que foram “espalhados” os documentos (no fórum, na prefeitura, no conselho municipal de agricultura e no Sindicato de Trabalhadores Rurais) é também um guia das instâncias (friso que se tratam apenas de órgãos municipais) nas quais se busca reconhecimento público de sua atuação.

Um tal reconhecimento de fato foi dado por meio da aceitação do registro, no caso do fórum, e pela inclusão do *movimento* nos diversos conselhos municipais que debatem

23 O registro no fórum mostrou-se eficaz quando um dono de terras organizou um falso acampamento em suas terras para que elas fossem incluídas na lista dos imóveis impedidos, pela Medida Provisória, de serem desapropriados. Como o MTBST, um *movimento* registrado, já havia solicitado a desapropriação da área, a juíza local não acatou o pedido do proprietário para que o processo de desapropriação fosse suspenso.

a distribuição de recursos públicos no município.²³ No caso da prefeitura e da Secretaria de Agricultura, o registro indicava também que o MTBST se tornava passível de receber algum tipo de benefício relacionado aos programas de reforma agrária.

NOVOS MOVIMENTOS, NOVOS HORIZONTES

A legitimidade auferida com o reconhecimento público da importância do *movimento* e de seus líderes não se encerra nos limites da nova organização. Estar em um *movimento* fornece condições para o ingresso em outros espaços sociais.

Se, no começo, José Clemente queria uma “terra para trabalhar”, depois de ter experimentado a *forma movimento*, suas expectativas em relação ao futuro em Amaragi se alteraram.

O prestígio repentino como líder de um *movimento* lhe rendeu um lugar no Partido Social Liberal (PSL), e depois no Partido dos Aposentados da Nação (PAN). Pela forma como ele estabelece essa relação, pode-se vislumbrar que um movimento pequeno dá assento num partido igualmente pequeno. Conforme seu prestígio foi se elevando – foi procurado por um candidato a deputado e, posteriormente, foi convidado a mudar de partido e a se candidatar à presidência do partido na cidade. Se tudo corresse bem, poderia ainda almejar uma vaga de vereador, assim como já fizera o líder do MTRUB e, depois, como revelou, passar para um partido maior.

A inusitada transformação em líder forneceu elementos para que ele e seu “escudeiro”, o técnico agrícola Alan, planejassem incursões futuras para lugares sociais anteriormente interditados, como, por exemplo, o Sindicato de Trabalhadores Rurais.

O caminho que começou timidamente nas fileiras do MST contribuiu, nesse caso, para o envolvimento cada vez maior dos fundadores do MTBST com outras instâncias e organizações locais, dispondo, numa mesma trama, partidos políticos, conselhos municipais e sindicatos. Para eles, o acesso a todas essas instituições era o que fazia a principal diferença entre um membro de um movimento e uma pessoa comum.

CONCLUSÃO

Ao procurarmos deixar de lado essas categorias exógenas como “luta pela terra”, por exemplo, e ao nos voltarmos para as próprias justificativas que os sujeitos elaboraram para seus atos, sobretudo em momentos menos formais das entrevistas, passamos a encontrar uma série de elementos que uniam aquelas pessoas à sua atividade no MST ou em outros movimentos. Esses, sim, pareciam eixos comuns que pontuavam boa parte das histórias de engajamento desses indivíduos.²⁴ Apesar de não ser objetivo deste texto simplesmente corroborar o ponto de vista dos envolvidos, creio que para fugirmos de nossas próprias armadilhas (o excesso de tipologias) tenha sido necessário explorá-los melhor para compreender o sentido social do engajamento e da expansão dos próprios movimentos sociais na região.

Os casos apresentados foram, como advertimos no início do texto, um roteiro necessário para que se pudesse desvelar certas forças pouco visíveis que ajudam a sustentar e ampliar a legitimidade dos *movimentos* de luta por terra na região em estudo e, provavelmente, em outras, com implicações para a produção social do espaço. Uma dessas forças

24 Durante a pesquisa entrevistei todos os principais dirigentes de todos os movimentos que organizavam ocupações de terra na zona da mata naquela época. Os casos aqui apresentados são escolhas aleatórias que permitem ao leitor não iniciado tomar pé do caso estudado. Mais detalhes e informações podem ser encontrados em Rosa (2004a).

é a capacidade que essas organizações capitaneadas pelo MST têm de contribuir para transformar as estruturas de poder nas pequenas cidades. Transformação, no caso, não significa necessariamente uma inversão das hierarquias tradicionais, mas, como vimos, um aumento das possibilidades de ascensão social e de distribuição de poder nas localidades em que operam tais *movimentos*; processo que ganha novas cores quando a socialização no interior de uma grande organização nacional como o MST cria condições para o aprendizado de uma nova gramática política.

A partir da análise de casos concretos de engajamento nos *movimentos* que organizam ocupações na zona de produção canavieira de Pernambuco, pudemos perceber que o sentido que a atividade toma ao longo do processo não se encontra apenas no objeto em questão: um pedaço de terra. Ao contrário, a luta por terra na forma de um *movimento* parece ganhar novos contornos quando seu palco são os pequenos municípios do interior da Zona da Mata, cidades nas quais as possibilidades de ascensão e mudança social são, potencialmente, mais restritas do que nos grandes centros urbanos, em virtude do monopólio político e simbólico exercido pela elite latifundiária. Esse monopólio atinge, e sobretudo restringe, as instâncias de produção de novas instituições e identidades sociais.²⁵ As hipóteses que foram aqui apresentadas, longe de se configurarem como uma resposta única e definitiva sobre sentidos menos evidentes da atuação desses movimentos, em particular sobre a distribuição de poder nos territórios em que atuam, são pistas concretas para uma análise sociológica comparada e ampliada sobre seus significados contemporâneos no Brasil.

25 Apenas para reforçar o argumento da significância dessas novas formas para a região em 1999 (ainda antes da formação de movimentos como MTBST e o MTRUB), por exemplo, as ocupações atingiram pelo menos 27 municípios na região canavieira, segundo dados da Comissão Pastoral da Terra.

Marcelo Rosa é professor do Departamento de Sociologia e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da UFF. Email:marcelocr@uol.com.br.

Artigo recebido em março de 2006 e aprovado para publicação em setembro de 2006.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDREWS, K. T. Creating social change: lesson from the civil rights movements. In: MEYER, D. S., WHITTIER, N., ROBNETT, B. Social movements: identity, culture and the State. Oxford: Oxford University Press, 2002.
- DURKHEIM, E. Formas elementares da vida religiosa. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- ELIAS, N. Os estabelecidos e os outsiders. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
- _____. Os alemães: a luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.
- GARCIA JR., A. R. et al. Les transformations du pouvoir municipal. Cahiers du Brésil Contemporain, n.43/44, p.124-44, 2001.
- GEHLEN, I. A luta pela terra no sul a partir do caso dos colonos de Nonoai. In SANTOS, J. T. dos (Org.) Revoluções camponesas na América Latina. São Paulo: Editora da Unicamp/Ícone, 1985.
- HONNETH, A. A luta por reconhecimento. São Paulo: Editora 34, 2003.
- LIMA JR., A. V. de. Etnia e território: os poloneses de Carlos Gomes e a lutas contra as barragens. Rio de Janeiro: CEDI, 1992.
- MANNHEIM, K. The problem of generations. In: Essays on the Sociology of Knowledge. London: Routledge & Keagan Paul LTD, 1972.
- MARTINS, J. de S. Reforma agrária: o impossível diálogo. São Paulo: Edusp, 2000.
- MEYER, D. S., WHITTIER, N., ROBNETT, B. (Orgs.) Social Movements: identity, culture and the State. Oxford: Oxford University Press, 2002.
- MOORE JR., B. Injustiça: as bases sociais da obediência e da revolta. São Paulo: Brasiliense, 1978.

- NAVARRO, Z. Mobilização sem emancipação: as lutas sociais dos sem-terra no Brasil. In: Sousa Santos, B. de. Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. p.189-232.
- ROSA, M. O engenho dos movimentos: reforma agrária e significação social na zona canieira de Pernambuco. Rio de Janeiro, 2004a. Tese (Doutorado) – IUPERJ.
- _____. As novas faces do sindicalismo rural brasileiro: a reforma agrária e as tradições sindicais na zona da mata de Pernambuco. Dados, v.47, n.3, p.473-504, 2004b.
- SIGAUD, L. A forma acampamento: notas a partir da versão pernambucana. Novos Estudos Cebrap, n.58, 2000.
- _____. Honneur et tradition dans les plantations sucrières du Nordeste (Brésil). Études Rurales, p.211-228, jan-jui. 1999.
- _____. Direito e coerção moral no mundo dos engenhos. Estudos Históricos, n.18, p.361-87, 1996.
- TILLY, C. Los movimientos sociales como agrupaciones históricamente específicas de actuaciones políticas. Sociológica, ano 10, n.28, 1995.
- _____. From Mobilization to Revolution. New York: Random House, 1978.
- THOMPSON, E. P. Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- TOURAINÉ, A. A method for studying social actors. Journal of World Systems Research, VI, 3, p.900-18, fall-winter, 2000.
- _____. Palavra e sangue. Política e sociedade na América Latina. Campinas: Trajetória Cultural/Editora da Unicamp, 1989.

A B S T R A C T *The article analyzes the role of the land struggles on the creation of new forms of identity and social meanings in the sugar-cane plantation region, state of Pernambuco, Brazil. Analyzing interviews with militants engaged in various movements, we can perceive that beyond providing land ownership, these organizations are creating new conditions to transform their leader's lives and to modify the power structures in the regions where they act.*

K E Y W O R D S *Social movements; land struggles; regional impacts.*